

GEOGRAFIA POLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Uma Representação a Partir do Brasil*

Bertha K. Becker**

Fin de siècle e do milênio. Fim da Guerra Fria, do socialismo soviético, esgotamento do fordismo, desencantamento com o progresso e com as grandes teorias que explicam o mundo, recusa do “geral” e valorização do instante e do local. Com o fim da polarização ideológica emerge a Geografia, enquanto diferenciação concreta dos lugares se impõe o reconhecimento da alteridade, das múltiplas vozes que foram negligenciadas nos grandes relatos. Mas, para evitar o perigo do determinismo do local, a xenofobia, a guerra de competição e o “despoder”, o reconhecimento do outro há que ser relacionado à força universalizante da circulação do capital (Harvey, 1989).

Diante do movimento de globalização/fragmentação um poder multidimensional desafia o Estado como escala única de poder, colocando o seu futuro como questão central da Geografia Política no final do século (Becker, 1982, 1986), ou seja, coloca-se a questão da continuidade ou do desfazer do sistema interestados. Na medida em que estado,

nação e território são os elementos cruciais da Geografia Política, esta questão central altera as noções básicas da disciplina, inclusive a de gestão do território, que só podem ser compreendidas a partir das tendências de transformação do planeta e das particularidades que elas assumem no Brasil.

Neste momento, contudo, qualquer discussão sobre a Geografia Política tem que ser, em grande parte, uma especulação. Aceitando que o reconhecimento da alteridade impossibilita falar em nome dos demais, essa especulação é feita numa perspectiva brasileira, entendido o Brasil como integrante do setor semiperiférico da economia-mundo capitalista. Um projeto nacional, geopolítico, associado a empréstimos e investimentos estrangeiros, conduziu o País a uma nova posição na economia-mundo na década de 70 como semiperiferia, área definida por extrema heterogeneidade, na medida em que nela operam simultaneamente processos de centro e de periferia, e por extrema instabilidade, suscetível que é à ascensão ou declínio

* Recebido para publicação em 07 de janeiro de 1992.

** Professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

em fases de crise/reestruturação da economia-mundo.

A identificação das transformações em diferentes escalas parece um instrumento útil de análise. Na primeira seção, especula-se sobre as transformações globais que condicionam hoje a gestão do território, na segunda, as particularidades que elas assumem no Brasil exemplificadas na questão amazônica e, na terceira, são apontadas tendências novas na gestão do território a partir das observações das seções anteriores.

A (DES)ORDEM MUNDIAL E OS NOVOS CONDICIONANTES GLOBAIS DA GESTÃO DO TERRITÓRIO

Numa era de incerteza indicações tanto da continuidade do sistema interestados como de que ele não é mais ótimo para a operação do sistema capitalista são visíveis nas práticas associadas à lógica da dominação bem como à lógica cultural, que geram novas territorialidades “acima” e “abaixo” da escala do Estado. Para uma avaliação mais objetiva, as novas territorialidades devem ser referenciadas à especialidade do sistema capitalista e à questão da hegemonia.

Inovação Tecnológica, Movimentos Políticos e o Novo Espaço Global/Fragmentado

A lógica da dominação indica que a Geografia Política global se torna incompreensível se não considerar a moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno imbricado nas estruturas sociais do poder. Esse movimento contém elementos que subvertem os estados, acentuando tanto a via transestado como a fragmentação territorial (Becker, 1988).

Os últimos anos do Século XX correspondem à transição entre a crise-reestruturação da economia-mundo e à implementação do novo regime de acumulação que, gestado a partir de 1970, tende a dominar no início do Século XXI. Esgotam-se o padrão tecnoeconômico e as formas de dominação dominantes desde o segundo após-guerra. A essência do novo regime é a internacionalização crescente da economia-mundo associada à nova forma de produção introduzida pela re-

volução tecnológica e baseada no conhecimento científico e na informação.

O significado histórico específico da introdução de novas tecnologias é a criação de novas relações espaço-tempo. A velocidade torna-se elemento chave, capaz de alterar não só o setor técnico-produtivo civil e militar, como também as relações sociais e as relações de poder (Virilio, 1976). Uma nova dialética se estabelece entre o espaço de fluxos e decisões tomadas segundo uma lógica global e o espaço dos lugares, vivido, da experiência histórica (Castells, 1985).

O espaço de fluxos financeiros, mercantis e informacionais tende a superar os estados e as fronteiras, alterando a geopolítica e o conceito de soberania. O mercado único estende-se através da valorização seletiva das diferenças de recursos e espaços, e o domínio do território passa a decorrer da posse das redes de circulação e comunicação, principalmente de telecomunicações. Através das redes é possível estabelecer uma relação direta entre as firmas e entre o local e o espaço transnacional, dispensando o estado. As vantagens econômicas e de poder de um território, em todas as escalas geográficas, derivam em grande parte da velocidade com que passa a nova forma de produção e de sua posição nas redes, que se torna objeto de competição. Tal flexibilização do sistema capitalista pode resultar em uma tendência mais democrática ou, pelo contrário, mais autoritária.

A globalização conduzida pelas corporações transnacionais se intensifica pela fusão e centralização das firmas que, relacionando-se direta e seletivamente a lugares e regiões, retiram do estado o controle sobre o conjunto do processo produtivo e fragmentam o Território Nacional. Acresce que a proliferação de armas modernas impede os estados líderes de fazer a guerra, e a instantaneidade da informação estimula movimentos de autonomia e permite uma reação imediata a intervenções internas como visto na URSS.

Se, contudo, a soberania implica a capacidade externa e interna do estado, múltiplas razões negam o fim do estado e do sistema interestados. Primeira, o novo esquema de acumulação não é resultado do livre jogo das forças de mercado e não está predefinido pelo avanço tecnológico; é, sim, um processo social e político. As corporações comandam o processo, mas a velocidade de certos territórios em adotar novas tecnologias e se valorizar diferencialmente é tam-

bém produto de políticas estabelecidas por estados. É assim que nas três economias que mais rapidamente se recuperam da crise - Japão, Alemanha e USA - embora com modelos diversos, o estado tem papel central. Segunda, o Território Nacional é um dos fundamentos jurídicos dos estados que garantem o direito de propriedade e realizam a gestão da moeda e do mercado de trabalho, necessário à reconverção produtiva. Terceira, a guerra assume novas expressões que permanecem vinculadas a decisões de gastos governamentais e estratégicos, e a um imperativo de sobrevivência nacional. Quarta, o sistema interestados assegura a distinção necessária entre estados para a troca desigual, isto é, assegura a relação centro-periferia.

Mas o sistema interestado não é desafiado apenas pela lógica da dominação. Pela primeira vez em séculos, nacionalismos separatistas e movimentos sociais ameaçam a integridade territorial dos estados. No início da década de 80, Wallerstein afirmava que a lógica do "projeto civilizatório" desafiando a universalização da civilização ocidental era a grande variável desconhecida do final do Século XX. Poderia contribuir para a criação de uma ordem socialista ou proporcionar envoltura exterior para a lógica da dominação. Em outras palavras, as estruturas transicionais dos estados constituiriam o campo de batalha política decisiva no processo de reestruturação do sistema capitalista mundial (Wallerstein, 1983).

Com efeito, o laço entre nação e território através do estado, que tornou tão poderoso o sistema interestados no mundo moderno, é afetado pela divergência entre o espaço de fluxos, da organização econômica, e o espaço dos lugares, da identidade cultural. No entanto, nacionalismos e regionalismos não estão se definindo num sentido anti-sistêmico, pelo contrário. Embora com diferenciações segundo as especificidades históricas em que se manifestam, neles domina a busca por maior autonomia para se inserir rapidamente na economia-mundo. São, na verdade, movimentos contra a modernização autoritária e o capitalismo de estado em favor da "liberdade" de competir; reproduzem o sistema, e mesmo o fortalecem pela eventual criação de novas formas de poder no caso de regiões com maior capacidade econômica e política, enquanto as menos capacitadas não podem prescindir de apoio do Estado.

Por sua vez, as ONGs e os movimentos sociais globais não centrados no Estado, são um importante elemento desagregador do Estado. Resta, contudo, a dúvida quanto à sua capacidade de fazer frente à cooptação pelos estados para fortalecer o liberalismo; dúvida que se justifica quando a ecologia se transforma em ideologia e quando se dá conta de que as ONGs atuam sobretudo na periferia, mas têm sua sede nos países centrais.

Trata-se certamente do *fim do Welfare State*, das pretensões de economias centralmente planejadas e de regimes que negligenciaram a alteridade. A nova forma de produção e as demandas de autonomia requerem uma nova forma de estado, uma organização econômica e social flexível e aberta à internacionalização que favoreça e estimule a competição. A ideologia liberal com sua estratégia de modernização dos aparatos institucionais, que inclui como componentes centrais a desburocratização, a privatização e a descentralização (Becker, 1982, 1991), visa justamente a liberar o estado de seus constrangimentos em relação à nação para garantir a sua preservação.

Uma nova territorialidade se faz também necessária. Segundo Taylor, duas tendências alternativas se delineiam quanto ao sistema interestados (Taylor, 1991a e 1991b). Primeira, a emergência de uma nova espacialidade que indicaria o início do seu desfazer, tal como se configura na Europa: três camadas de poder político, representadas pelas regiões, os estados e a comunidade. Segunda, o reforço temporário do sistema com superestados.

Uma terceira alternativa que nos parece viável é a simultaneidade de superestados e um poder multiescalar representado por regiões e/ou estados que atuam como regiões. Em outras palavras, a acentuação das tendências opostas e complementares de globalização/fragmentação como forma de ajustamento espacial para a sobrevivência da economia-mundo e não como fim do sistema, pelo menos até o primeiro quartel do Século XXI.

A nova relação privado-pública é sustentada pelo novo multilateralismo. Não só o FMI e o Banco Mundial, mas também a ONU, sob o comando do Grupo dos 7, tornam-se instrumentos coletivos de administração internacional. A agenda multilateral terá escopo global, um número limitado de temas e de atores relevantes, e definirá normas que

serão impostas por ações coletivas sobre as sociedades nacionais.

A Estrutura Centro-Periferia: Intensificação das Desigualdades

Uma das mais importantes questões políticas no final do século é a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste-Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do *apartheid* tecnológico.

O comércio mundial se regionaliza. A globalização força cada nação a direcionar suas energias para a competição internacional por mercados e lucros. Para evitar a guerra e para alcançar uma escala mais ampla e um tempo mais rápido na produção das novas tecnologias, os países centrais criam mercados supranacionais ainda que durante muito tempo a base dessas coalizações seja o Estado-Nação e a defesa dos interesses nacionais. Integrados pelo espaço de fluxos e redes, esses mercados são fortemente excludentes.

A redução do volume e do tipo de matérias-primas com a criação de novos materiais significa a crise e transformação dos principais mercados de matérias-primas tradicionais e da produção em massa. A mão-de-obra barata deixa de ser uma vantagem para os países periféricos e o desequilíbrio na distribuição mundial das telecomunicações tende a excluí-los das transações internacionais. Por outro lado, o elevado custo da guerra tecnológica os exclui da possibilidade de fazê-la.

O ritmo acelerado dos processos decisórios no novo multilateralismo exclui a participação de grande parte dos países. A grande novidade em termos de alianças, expressão das novas relações espaço-tempo, serão as "shifting coalitions" com objetivos militares e/ou políticos específicos e limitados visando a rearranjos geoestratégicos, questões éticas, religiosas ou questões nacionais que afetem a segurança global. Essas forças multinacionais serão formadas para atuar nas interfaces de interesses dos blocos de poder e, em consequência, terão composições diferentes para cada caso. A segurança global e o novo conceito de "dever de ingerência", que divide o mundo em governo

"responsável e irresponsável", justificam uma ação extrajurisdicional e territorial e a implantação de um sistema de soberanias limitadas no setor periférico e semiperiférico da economia-mundo.

Mas as novas tendências afetam mais intensamente as semiperiferias que, diretamente atingidas na década de 80 pelo fim do ciclo de crescimento sustentado pela dívida externa e por forte intervenção estatal, estão ameaçadas de regredir à posição periférica. A velocidade de sua recuperação, contudo, não está predeterminada, dependendo de fatores externos e internos. São particularmente as semiperiferias de grande extensão territorial, as "baleias", as que têm maior dificuldades em se recuperar (Becker e Egler, 1992).

Para as "baleias" a reconversão produtiva significa rápida obsolescência do parque industrial criado e dificuldade de passar à nova forma de produção. Além do que, sofrem toda a sorte de pressões externas para submetê-las às novas regras econômicas, para desmontar as fatias de mercado e áreas de influência por elas conquistadas, bem como seus estados centralizados e suas estratégias de desenvolvimento nacional, pressões que reduzem a velocidade de sua recuperação. É o caso da China e da própria União Soviética; é o caso do Iraque, potência regional emergente abortada pela guerra, que foi decorrência também do nacionalismo belicoso adotado como estratégia de desenvolvimento por seus dirigentes; é o caso do Brasil, pressionado também pela questão ambiental em torno da Amazônia (Becker, 1991).

Ao lado de pressões convencionais emergem novos parâmetros na geopolítica mundial. Primeiro, o discurso da desestatização, quando nos países centrais, e o Estado se moderniza, mas não se desmonta. Segundo, o cerceamento tecnológico, sob a justificativa da não proliferação nuclear e a restrição de fornecimento de armas a "governos irresponsáveis". Terceiro, a rodada Uruguai do GATT quando à prestação de serviços, propriedade intelectual e investimentos. Quarto, a limitação da soberania em amplas áreas do planeta sob variados pretextos como o narcotráfico, os recursos energéticos e a preservação ecológica. As novas tecnologias alteram a noção de valor até então associada a bens obtidos através do trabalho e a natureza passa a ter valor: valor de uso, valor como estoque de vida, e valor como capital de realização futura, isto é, como capital natureza.

Nas semiperiferias, às pressões externas soma-se a instabilidade interna decorrente da crise fiscal e política do Estado, das demandas inatendidas de sociedades de massa pobres e das tentativas regionais de relacionamento direto com o mercado mundial. A questão que se coloca é qual o novo padrão de inserção desses países na economia-mundo. Enquanto a URSS, a Índia e a China abrem-se ao mercado internacional sob a ressurgência de conflitos étnicos e culturais, no Brasil é a ausência da construção plena da nação que solapa o apoio ao estado para negociar em seu próprio favor.

No entanto, a globalização tem o seu preço. Além de conter a maior parcela da dívida do sistema financeiro internacional a semiperiferia contribui para acentuar a instabilidade da "ordem" planetária afetando a direção, a natureza e a velocidade de transformação do capitalismo histórico.

Quem Lidera? A Questão da Hegemonia

Esgotada a geopolítica determinada pela rivalidade ideológica e militar das duas grandes potências, os EUA deixam de ser uma "superpotência". A força das chamadas superpotências decorria de sua rivalidade. Desmoronada uma, a antípoda perde o seu papel.

Com o vácuo de poder deixado pela URSS, configura-se uma situação de competição e caos sistêmico semelhante aos períodos que caracterizam o fim da hegemonia de um estado e a emergência de um novo dentre vários pretendentes, no caso, os EUA, o Japão e a Alemanha.

O potencial de conflitos e a instabilidade se ampliam com a formação de mercados supranacionais devido à competição, ao confronto cultural e aos excedentes de população não absorvidos na nova forma de produção. Culturas e velocidades de transformação diferenciadas ressuscitam os conflitos fronteiriços, aguçados pelas amplas migrações. Movimentos reivindicatórios da cidadania e dos recursos escassos na periferia contribuem para aumentar a mobilidade da população mundial afetando as potências, que se tornam vulneráveis também pela rivalidade comercial, financeira e tecnológica.

O modo de responder a essas tensões influirá na posição de liderança futura, que residirá no estado capaz de utilizar todas as suas capacidades de gestão para enfrentar

três grandes desafios: a regulamentação, isto é, a administração da interdependência na economia-mundo; a distribuição, rompendo o círculo vicioso das desigualdades; o reconhecimento do outro.

Três alternativas se configuram quanto à hegemonia no início do Século XXI e a elas se associam alternativas diversas para as semiperiferias.

Uma alternativa seria o fim da hegemonia dos EUA, com a partilha do poder por vários superestados tal como se configura hoje, no final do século. Os EUA não são mais capazes de agir sozinho, precisando recorrer ao auxílio internacional na Guerra do Golfo. Perderam o monopólio da bomba atômica e do sistema financeiro - sua moeda não é mais o único padrão de reserva e de trocas - enfrentam a concorrência de produção europeia e japonesa, e dependem de credores externos. O aprofundamento da união política e estratégica da CEE cria estado supranacional autônomo e poderoso. Uma geopolítica plural e multipolar fragmenta o atual sistema americano de âmbito quase mundial em vários sistemas sub-regionais mais rígidos, revivendo as Pan-Regiões de Hauschofer. Neste contexto, reduz-se drasticamente o espaço de manobra para as semiperiferias, tendência visível na proposta da criação de um mercado livre latino-americano sob controle dos EUA, nova versão da doutrina Monroe. Esta alternativa, contudo, não parece viável para o Século XXI, na medida em que a economia-mundo não pode operar sem o setor semiperiférico.

Outra alternativa, oposta, seria o fortalecimento da hegemonia dos EUA que, após a vitória da Guerra Fria e a Guerra do Golfo, se estenderia até a Europa, uma confederação apenas econômica porém abrangente que inclui os países do Leste Europeu. O poder econômico e tecnológico da CEE e do Japão não é suficiente para superar o dos EUA, que detém o maior poder militar, o maior domínio sobre as redes transnacionais e a informação, e cuja extensão continental e unidade interna são trunfos cruciais em face da ameaça de balcanização dos demais agrupamentos. A velocidade de integração econômica e política será menor na CEE, onde haverá dificuldade em definir uma estratégia geopolítica comum devido à fragmentação de interesses e às tensões com a unificação da Alemanha, que revive o pesadelo inglês do Mackinder's *heartland*. O Japão terá dificuldades políticas com seus vizinhos

devido ao ressentimento à Segunda Guerra e à sua política comercial. Nesse contexto, as semiperiferias permanecem, mas com autonomia limitada reduzindo-se a potências regionais com pequeno raio de ação. Mas não conteria essa alternativa o risco de formação de um império mundial?

Uma terceira alternativa, mais viável, corresponde a um movimento de defesa da economia-mundo prevenindo a sua conversão em um império. Os EUA perdem elementos do seu extrapoder, mas continuam a ser o estado mais poderoso no sistema: declina sua hegemonia econômica, mas se fortalecem como potência político-estratégica hegemônica. A divisão de poder econômico se segue a divisão do poder político sem significar o rompimento da estrutura atual do sistema americano, mas tão-somente sua flexibilização. Neste caso, há possibilidades de um novo espaço de manobra para as semiperiferias de grande peso específico, particularmente a China que será uma grande potência, mas também para o Brasil que pode tirar partido da disputa entre os blocos. E, por seu potencial de recursos e posição geográfica, a Amazônia é um dos cenários prováveis na definição da trajetória do Brasil bem como das três alternativas.

NOVO ESTADO, NOVAS TERRITORIALIDADES NO BRASIL. A QUESTÃO AMAZÔNICA

As tendências identificadas no movimento de transformação do sistema capitalista mundial estão presentes no Brasil. A sociedade brasileira encontra-se diante do desafio de definir um novo estilo de desenvolvimento econômico e um novo papel do Estado. Mas as tendências globais apresentam no País particularidades derivadas da combinação de condições externas e internas. Por um lado, a crise/reestruturação da economia-mundo, baseada na retração do crédito, em novas tecnologias de produção e gestão e no liberalismo como novo quadro para as relações entre o Estado e o mercado mundial, que afeta mais intensamente países semiperiféricos como o Brasil. Por outro lado, o esgotamento do projeto nacional geopolítico

de modernização caracterizado por uma estratégia de desenvolvimento fundada na grande escala de investimentos governamentais articulados aos investimentos estrangeiros, no Estado centralizador e na ausência de discussão ao nível nacional.

É, pois, numa conjuntura de desregulação e instabilidade que se colocam os dilemas e a ambigüidade do novo estado e das novas territorialidades no Brasil. Trata-se de tentar identificar o significado da flexibilização do estado em face de sua tradição autoritária, e com esta flexibilização se relaciona ao território, processo transparente na Amazônia.

A Redefinição do Estado e do Território Nacional¹

A redefinição do papel do estado torna-se particularmente crítica no capitalismo tardio e autoritário brasileiro onde o Estado assumiu a modernização conservadora a tal ponto que a crise se manifesta em seu próprio cerne. A questão se coloca sob três aspectos.

Primeiro, qual o padrão de inserção do País na nova divisão internacional do trabalho, que tende a passar pela formação de mercados supranacionais capazes de sustentar novas tecnologias. A crise financeira de um estado que se tornou empresário e principal financiador da economia significa o esgotamento de um padrão de financiamento da industrialização que contava com o setor público para socializar os riscos do investimento privado assumindo a dívida para o crescimento a qualquer custo, sem consolidar um sistema financeiro capaz de garantir sua reprodução ampliada. Manter a posição de semiperiferia hoje implica resolver o dilema entre produzir a custos competitivos e assegurar a incorporação contínua de inovações tecnológicas que exigem investimentos de alto risco e custo em P/D - Pesquisa e Desenvolvimento - sem retorno imediato, em que o estado tem um papel chave. A redefinição do papel do estado na economia exige, assim, simultaneamente garantir a competitividade brasileira para bens e serviços no mercado mundial e expandir os investimentos sociais, implicando profundas reformas referentes à distribuição da renda e à ampliação do mercado interno. Exige ainda

¹Esta subseção se baseia no trabalho de Becker, B. K. 1991a. Ver bibliografia.

a definição política das frações de capital a serem sucateadas, implicando negociação direta entre os membros do tripé, desmontado com a crise financeira do estado. Este novo papel é dificultado na medida em que lhe foi retirada a autonomia para gerar e administrar fundos públicos.

O segundo aspecto diz respeito à própria estrutura transicional do Estado. O estado democrático se configura como única organização no Brasil capaz de mobilizar recursos e realizar investimentos e reformas sociais em grande escala para vencer a miséria, atender às demandas de uma sociedade de massa pobre, e assegurar a conquista da cidadania. A dimensão social da gestão, excluída pela modernização conservadora, constitui hoje um desafio básico da sociedade civil na redefinição do papel do estado.

No entanto, a crise afetou também diretamente o aparelho de estado que levava a construção do estado à frente da construção da nação, eliminando os mecanismos de representação e participação que permitiriam negociar soluções para a crise e destituindo de legitimidade o estado e a atividade política. A modernização conservadora cooptou os grupos políticos ao custo de internalizar seus conflitos, transformando o estado na principal arena de luta econômica e política na recomposição do pacto de poder. Configurou-se, assim, a fragmentação política do estado pelo fortalecimento de corporações crescentemente autônomas, que diluem os limites entre o público e privado. Por seu turno, a sociedade de massa pobre, desprovida de fóruns e canais de representação, projeta suas demandas sociais no estado, de quem espera respostas concretas para a conquista da cidadania.

O acentuado corporativismo criou condições para o bonapartismo, com o retorno tardio do autoritarismo em sua face populista sob discurso liberal antiestatista. Embora com seu poder reduzido, as Forças Armadas no Brasil detêm as maiores prerrogativas dentre as nações que se democratizaram recentemente, empresas e bancos pressionam obstinadamente por seus interesses e as elites regionais retornam com todo o vigor. A crise do Estado é também uma crise do padrão de negociação com as elites, que competem mais livremente para manter posições privilegiadas e a crise do padrão de enfrentamento das organizações sindicais e dos movimentos sociais cujo alvo principal era o Estado.

O liberalismo autoritário populista se manifesta então numa flexibilização *sui generis* do estado. A ausência de um projeto nacional - substituído por medidas provisórias - indica o esgotamento do nacionalismo como estratégia de desenvolvimento. Ao lado de uma das vigorosas intervenções na economia da história brasileira, que privilegia a inserção competitiva visando a alcançar uma posição no "primeiro mundo" (leia-se manter-se como semiperiferia), liberam-se as relações capital-trabalho e se tenta controlar o corporativismo.

O terceiro aspecto da questão se refere ao território. Dado o caráter geopolítico do projeto da modernidade, as manifestações da crise da modernização conservadora assumiram uma nítida dimensão territorial. Na redefinição das regras do jogo a materialidade do conflito assume expressão na luta por lugares e posições estratégicas no espaço. O projeto geopolítico tentou completar o controle do território estendendo as fronteiras além do seu poder de mantê-las e controlá-las. O território foi, assim, instrumento de consolidação e crescimento do estado, mas também de sua vulnerabilidade expressa na fragmentação do território.

A crise se manifesta em diferentes escalas. Ao nível local, na luta pelo direito ao lugar. Lugares e posições são objeto de verdadeira guerra civil pondo em cheque as estruturas de poder local institucionalizado e definindo formas paralelas de gestão. O Estado tornou-se incapaz de controlar a resistência da população excluída e de atender às demandas localizadas, que eclodiram em uma frente de conflitos expressa em movimentos sociais localizados. Sob esses movimentos jaz, em grande parte, a intensa expropriação e mobilidade da força de trabalho, significando a ruptura da população com seus territórios de origem e transformando a busca por um lugar em uma reivindicação de grande parcela da população.

Ao nível regional novas territorialidades emergem dos conflitos de hegemonia que retomam sob nova feição a questão regional. Abaladas as formas tradicionais de fidelidade eleitoral baseadas na propriedade da terra pela mobilidade da força de trabalho e pelas novas territorialidades, intensifica-se o clientelismo, mas a escassez dos fundos públicos tornou mais acirrada a disputa por sua alocação. A frente formada pelos governadores nordestinos, trocando o apoio concedido ao lento ritmo da democratização

por recursos necessários à recomposição de suas bases eleitorais e seu poder local, se expressa em grandes conjuntos habitacionais que recriam “currais eleitorais” nas áreas urbanas e periurbanas. A redefinição de poder assume forma elaborada na Constituição de 1988 com a criação de novos estados na Amazônia Legal e a disputa das elites por seus governos e sua representação política em Brasília, e com a descentralização de recursos para estados e municípios.

À escala nacional, a questão do território expressa o agravamento das contradições inerentes ao estilo de crescimento nacional/transnacional adotado pela semiperiferia. Na medida em que a crise afetou de forma diferenciada os membros do tripé, a crescente autonomia da grande empresa e a fragilização do Estado tendem a segmentar o mercado e o Território Nacional.

Operando em escala planetária, as grandes corporações procuram romper os limites territoriais dos Estados-Nação em favor de lugares e posições privilegiados, negociando diretamente com frações locais e regionais, cujos interesses nem sempre são coincidentes com metas nacionais, dando origem a estruturas regionais diretamente articuladas à economia-mundo. Tais riscos referem-se particularmente às empresas de capital nacional, que têm maior dispersão e são mais dependentes da política governamental, e transparecem na proposta de implantação das Zonas de Processamento e Exportação - ZPE - em vários pontos do território, em especial no domínio agromercantil (Egler, 1988). Sob o discurso do desenvolvimento regional, que procura dar legitimidade a este projeto, jazem interesses locais de se relacionar diretamente com o mercado mundial, utilizando a cessão de parcelas do território como instrumento de negociação direta com capitais transnacionais. No futuro das empresas estatais reside a grande incógnita sobre os rumos da semiperiferia, na medida em que aquelas que ganharam autonomia relativa e consolidaram posições no mercado externo encontram-se mais bem capacitadas para fazer frente à crise.

Ao contexto de fragilização de União e diluição dos interesses gerais, revelado no acirramento da competição pelo controle do território, corresponde uma nova geopolítica e uma nova forma de gestão territorial. O projeto geopolítico nacional é substituído por uma geopolítica dos estados, em que projetos ter-

ritorialmente fragmentados são negociados um a um pelas elites e também pelas Forças Armadas, que tentam manter o controle da fronteira tecnocientífica - no setor aeroespacial e no submarino nuclear - e da fronteira setentrional na Amazônia. O temor pela perda de controle e de soberania frente à autonomia dos estados e a à pressão ecológica internacional levou as Forças Armadas a retomar o discurso da unidade nacional e a prática geopolítica.

O macrozoneamento ecológico-econômico do Território Nacional no nível macrorregional e regional, com prioridade para a Amazônia Legal (Decreto nº 99.540, de 21 de setembro de 1990), sintetiza a nova conjuntura de instabilidade: propõe uma nova forma de gestão do território, que busca tirar partido das diferenças espaciais liberalizando a competição dos estados, ao mesmo tempo em que tenta mantê-los sob o controle governamental, configurando a estratégia de integração competitiva do território no Brasil. Resta saber se a nova forma de gestão tende a ser mais democrática ou a manter o autoritarismo. A leitura do território na Amazônia é elucidativa de todas as tendências assinaladas.

A Questão Amazônica

A Amazônia transformou-se numa área crítica no contexto geopolítico global. Ela será um dos cenários prováveis na definição do novo padrão de inserção do País na economia-mundo e das alternativas da dinâmica do poder mundial.

Essa imensa e conflitiva região revela a estrutura transicional do estado brasileiro. Ela é palco de novas territorialidades regionais que se articulam diretamente ao espaço transnacional, alvo de movimentos sociais globais e instrumento de pressão externa para adesão do Brasil ao “Norte”. Por sua vez, essas pressões refletem as contradições entre as próprias potências na redefinição de suas zonas de influência (Becker, 1991b).

A fragmentação do espaço com a formação de novas territorialidades que tentam se articular com o exterior é clara na Amazônia em todas as escalas. Ao nível local, a luta pelo espaço corresponde às territorialidades decorrentes da resistência de grupos dominados locais, manifestando-se em invasões cada vez mais organizadas e rápidas, em lu-

ta armada e/ou pressões políticas que conseguem legitimar a posse da terra.

A territorialidade dos pequenos produtores decorrente de sua contínua expropriação e mobilidade expressa sua estratégia de sobrevivência e se manifesta através de resistências com grau e forma diversos. Suas alianças se fazem sobretudo ao nível nacional, através da Igreja Católica e o PT. A territorialidade dos garimpeiros é recente na fronteira; mais circunscritos ao nível local têm, hoje, contudo, um aliado nas Forças Armadas que os visualizam como novos bandeirantes capazes de assegurar a posse do território. A territorialidade de índios e seringueiros é também recente na fronteira. Se na década de 70 dominavam os conflitos de terra, diante da escala crescente dos projetos na década de 80, altera-se também a escala dos conflitos, disputando-se territórios onde estão localizadas as madeiras e as jazidas minerais. Pressionados, índios e seringueiros - para quem a floresta tem valor de uso como condição de vida material e cultural em grandes extensões definidas, segundo seus próprios critérios e regras - alteram sua lógica e se organizam na luta por sua territorialidade. Os seringueiros, através do "empate" e os índios com resistência muito diferenciada por sua diversidade cultural, hoje juntos na União dos Povos da Floresta (1989), reivindicam a demarcação oficial das terras indígenas e de reservas extrativistas, para o que contam com redes de alianças com ambientalistas na escala nacional e internacional, o apoio de governos das grandes potências e dos bancos transnacionais.

O conflito pela hegemonia regional se manifesta em territorialidades correspondentes à disputa pelo poder entre hegemonias regionais que buscam a reprodução ampliada de seus domínios estendendo suas atividades no âmbito do Território Nacional. Para tanto, não só se apropriam da terra, mas também lutam na esfera nacional pelo controle político do território amazônico, ao mesmo tempo em que se articulam com grupos econômicos internacionais. O ator mais representativo das novas elites regionais é o "fazendeiro", cuja lógica é a da apropriação da terra como fator de produção agropecuária e reserva de valor, seguido das companhias privadas de colonização, que correspondem a frações de capital cuja lógica é da utilização da terra para o comércio especulativo.

As territorialidades das elites regionais, poderoso grupo de pressão, foram, por um

lado, institucionalizadas ao nível da formação de novos estados na Amazônia. Se no projeto geopolítico o Governo Federal teve papel preponderante nessa institucionalização, legitimando a aspiração "coletiva" ou criando territórios à frente da dinâmica social para seu controle direto, hoje, diante da nova geopolítica dos estados, a malha político-administrativa decorre muito mais dos grupos de pressão. A criação de novos estados na Amazônia pela Constituição de 1988, emerge como meio de assegurar o poder das elites, que disputam os governos dos novos estados como forma de ampliar seu poder no Congresso Nacional. Por outro lado, a articulação das elites com o espaço transnacional se manifesta hoje na polêmica ecológica, contra a intocabilidade da Amazônia e em favor de seu desenvolvimento, que pode significar também aliança com o Japão.

A disputa pelo mercado nacional, por sua vez, corresponde à territorialidade das grandes empresas que atuam sobretudo no âmbito mundial e cuja autonomia se acentua com a crise do Estado. Pertencentes à fração monopolista do capital, as grandes empresas agropecuárias e mineradoras seguem a lógica da apropriação da natureza como capital de realização futura.

Se no projeto geopolítico essas empresas contaram com grandes benesses - incentivos fiscais e créditos a baixos juros - para conquistar fatias do mercado internacional, hoje, em face da competição internacional e da crise do Estado, tendem à formação de estruturas regionais diretamente ligadas ao mercado internacional, fragmentando o Território Nacional. A grande incógnita nessa situação é a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - que consolidou posições no mercado mundial e criou sua própria territorialidade - reveladora das suas duas faces, pública e privada - que diretamente liga a região sob seu controle ao mercado mundial.

Articulam-se, assim, as territorialidades regionais às novas condições da "ordem" internacional. A globalização colocou o desafio ecológico como questão de sobrevivência da humanidade e a Amazônia tornou-se símbolo deste desafio. Mas a globalização também atribuiu à biodiversidade valor crucial para a ciência e a tecnologia transformando a questão regional numa questão tecno(ecol)ógica, manifesta em duas frentes de expansão

contraditórias. De um lado, a frente energética, que dá continuidade ao projeto geopolítico de exploração de recursos na fronteira, mas que em face da crise do estado se retrai e se torna seletiva, resumindo-se à expansão das empresas estatais, CVRD e Eletronorte. De outro lado, a frente biotecnológica, reveladora da valorização da biodiversidade como capital de realização futura cuja preservação significa a possibilidade de controlar o desenvolvimento da engenharia genética, e que é hoje alvo geopolítico da batalha que se trava nos fóruns internacionais para socializar os espaços naturais (Becker, 1991b).

Na proposta de conversão da dívida por natureza, convergem os mais diversos interesses com as mais exdrúxulas coalizões - índios, seringueiros, ambientalistas, empresas transnacionais, grandes bancos e governos das potências hegemônicas. A proposta corresponde à criação de reservas ecológicas que poderão ser também "paraísos experimentais" ou "territórios livres" para rápida e direta articulação com o espaço transnacional. A demarcação pelo governo brasileiro (15/11/91) da reserva dos Yanomami na fronteira com a Venezuela ilustra o conflito: aparentemente venceram os índios, os ambientalistas, as ONGs e a Igreja contra os militares, as elites regionais e os mineradores. O conflito resultou na criação de um território de 9,4 milhões de ha, três vezes a Bélgica, para os 12 000 sobreviventes dessa nação. Somem-se a esse território os 8,3 milhões de ha da nação Yanomami reconhecidos pelo governo venezuelano como "patrimônio da humanidade" e ter-se-á uma terra indígena Yanomami com 17,7 milhões de ha, ou um "território livre" em plena área fronteira dos dois países.

A disputa pela hegemonia entre as potências se revela na polêmica sobre a pavimentação da rodovia BR-364 que, ligando o Estado do Acre com o Peru, acelera a conexão com o Pacífico, particularmente o Japão, hoje o terceiro maior investidor no Brasil. Os Estados Unidos pressionam o Japão a não liberar recursos para a pavimentação da rodovia, visando a manter a tradicional porta amazônica aberta para o Atlântico, enquanto Inglaterra, França e Alemanha disputam com os EUA a hegemonia sobre a região.

Enfim, a Amazônia é a síntese contraditória da articulação nacional/transnacional e dos modelos industrialismo/ecodesenvolvimento dominantes no final do Século XX, e também aí se revelam os novos níveis e

formas de globalização/fragmentação espacial que dominarão no Século XXI.

TENDÊNCIAS DA GESTÃO DO TERRITÓRIO

É no contexto das novas práticas territoriais associadas à (des)ordem global e à luz de suas particularidades no Brasil e na Amazônia que se altera o conceito de gestão do território.

Geopolítica, Planejamento e Gestão do Território

Implícito na proposta de gestão do território está o reconhecimento da necessidade de identificar um nível de ação territorial que, embora complementar, não se confunde com a geopolítica e com o planejamento tal como desenvolvidos no segundo após-guerra. A geopolítica é um conjunto de políticas e ações do estado que instrumentaliza o território para adequá-lo à lógica da acumulação - segundo interesses de grupos hegemônicos - e à legitimação do estado. O planejamento tornou-se o instrumento técnico e centralizado de intervenção estatal para ordenar o território segundo a política e a estratégia estabelecidas. Por sua vez, a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações.

Já na década de 70, os problemas sociais e ecológicos gerados pelo padrão tecnológico dominante de produção em grande escala e pela concentração espacial das funções decisórias de alto nível, e as conquistas políticas dos movimentos sociais, tornaram patente a incapacidade do planejamento manter-se em bases técnicas centralizadas. Ele passou a necessitar do conhecimento da variedade de condições ecológicas e criativas locais e da informação acurada e desagregada que escapou dos modelos agregados utilizados no planejamento centralizado. Tal reconhecimento significou, em termos espaciais, um fato qualitativamente novo: a transposição do planejamento para o nível da consciência política através de sua distribuição territorial (Becker, 1986).

O conceito de gestão ressurgiu então, ampliado, como uma necessidade de superar

o escopo da mera administração em face da imbricação crescente entre o público e o privado. Devido à complexidade e autonomia crescente das intervenções da grande empresa alcançadas com o desenvolvimento científico-tecnológico e aos conflitos a elas inerentes, ao princípio de finalidade econômica - expresso em múltiplas finalidades - a gestão da empresa incorporou o princípio das relações de poder, a estratégia e as táticas, em suma a governamentalidade. Por sua vez, o setor público incorporou a lógica da competição que assume sua expressão máxima na grande empresa estatal, com sua dupla face pública e privada.

A partir dessas premissas é que se propôs o conceito de gestão do território, entendido como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço-tempo (Becker, 1988).

Em face da flexibilização competitiva do sistema capitalista e da instabilidade política, marcada pela redefinição do papel do estado que, cada vez mais, segue a lógica privada e é afetado por movimentos culturais e sociais, alteram-se todas as relações entre estado e território, inclusive as práticas e o conceito de gestão. No contexto de um estado que gere pressões, rompimentos o planejamento e a gestão centralizados, não são mais apenas o território e o poder do estado que estão em jogo, mas sim o território e o poder ao nível local.

Território, hoje, não se resume ao território do estado. É um produto da prática social - envolvendo a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço - e ao mesmo tempo um meio usado pelos atores para sua prática. Territórios correspondem a áreas delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e do poder implícito nessas relações. Em outras palavras, correspondem a *arenas políticas* - em que ramos do aparelho de estado podem ou não ter um papel - e suas redes de articulação extralocal (Sack, 1986; Becker, 1982, 1988; Cox, 1991). A face vivida do poder das arenas políticas é a territorialidade humana, relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica (Raffestin, 1980).

A geopolítica visa ao domínio das redes transnacionais. O planejamento deixa de ser um instrumento técnico que visa à homogeneização e focaliza as diferenças necessitan-

do da gestão do território, que assume caráter fragmentário e competitivo com novo significado: os mecanismos institucionais articuladores dos grupos sociais em conflito tornam-se produto da negociação e do poder político dos diferentes setores comprometidos, deixando de ser apenas instrumentos do estado (Gatto, 1990). A gestão do território envolve níveis complementares de atuação. Ao nível nacional a gestão se refere à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definidas pelo conjunto da sociedade nacional. Ao nível regional e local, tratando-se de espaços convivenciais, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

As cidades deixam de ser apenas o *locus* do poder do estado. Se na antigüidade a cidade-estado revelava a simbiose do poder estatal com esses pontos delimitados do espaço, e o estado moderno teve a cidade como centro, hoje elas se diferenciam e hierarquizam segundo a acessibilidade às redes e a capacidade das iniciativas locais. Em suma, constituem-se como lugar privilegiado para a gestão do território efetuada pelo poder local.

Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia

Por sua condição de fronteira nacional e mundial, a Amazônia constitui um dos vetores essenciais tanto para conhecer como para direcionar as transformações em curso. Na gestão centralizada do regime militar, a fronteira foi o espaço-tempo em que o estado pôde mais rapidamente alcançar seus objetivos de modernização conservadora na medida em que permitiu induzir rupturas sem ameaçar os interesses estabelecidos. Hoje, a região se tornou um palco desnudo das pressões e da desregulação que afeta o País. Ao nível interno, a retração dos projetos governamentais e a dificuldade de manter os investimentos já efetuados, a disputa das elites pelo poder regional e local, e as resistências populares em organização, resultam em múltiplas e conflitivas territorialidades. Ao nível internacional, a Amazônia assume significado como capital-natureza e a pressão se manifesta na retração violenta dos in-

vestimentos e na questão ambiental associada à proposta da conversão da dívida externa por natureza.

Coloca-se, assim, para a Amazônia e para a sociedade brasileira como um todo, o desafio de utilizar esse imenso patrimônio, com conservação e em proveito do desenvolvimento social.

A resposta governamental a esse desafio é o zoneamento ecológico-econômico para a Amazônia Legal, a ser efetuada em três níveis: 1) diagnóstico ambiental ao nível macrorregional; 2) zoneamento ecológico-econômico ao nível regional; e 3) estudos específicos em áreas críticas (termos de Referência para o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, Presidência da República, SAE, 11 de março de 1991).

A proposta governamental de abordar a problemática em três escalas é válida. A Amazônia não é um todo homogêneo, e deve ser entendida em sua unidade/diversidade. Homogeneidade na escala regional, calcada na massa florestal, mas grande diferenciação nas escalas sub-regional e local decorrente da biodiversidade, das formas heterogêneas de sua ocupação, e dos padrões gerados pelas interações variadas desses elementos que constituem embriões de sub-regiões. Se a unidade regional coloca desafios comuns para o seu desenvolvimento, a diversidade regional significa variedade de problemas a detectar que exigem soluções variadas.

Há, contudo, dois problemas cruciais na concepção e na execução da proposta governamental. Primeiro, a indefinição dos critérios do zoneamento e a dificuldade de tratar a interação ecológico-econômica contém o risco de se demarcarem zonas internamente homogêneas e estáticas, segundo o "ecológico" e o "econômico" - via de regra com ênfase no ecológico - que não correspondem à dinâmica regional.

Há que retomar o conceito de ambiente, uma das matrizes de Geografia. Repensá-lo hoje significa desenvolver uma abordagem integrativa que supere a noção biogeográfica que o identifica com ecossistemas naturais.

Evitar o erro de dissociar os constituintes "físicos" e "sociais" do ambiente implica compreendê-lo como *resultado* da integração da lógica da natureza e da lógica da sociedade. Sob essa ótica, e admitindo que a técnica é a mediação crucial na inter-relação dos sistemas de organização social com os ecossistemas, e que é, portanto, um instru-

mento-chave, capaz tanto de acentuar como de solucionar problemas dessa inter-relação, é possível pensar o ambiente como meio tecnoecológico. Rompe-se, assim, com a falsa dicotomia entre desenvolvimento científico-tecnológico e ecologia, e a questão amazônica se transforma numa questão tecno(ecológico)lógica.

Há também que levar em conta a urbanização como um critério básico para o zoneamento, capaz de retratar e influir na diferenciação e na dinâmica regional. As cidades materializam as diferenças e constituem a mediação essencial tanto das inter-relações dos sistemas sociais e naturais como das relações inter e intra-regionais. Os núcleos urbanos, como um ambiente tecnoecológico particular, constituem em si um problema ambiental associado à sua localização em sítios de risco, ao afluxo populacional crescente incompatível com a precária infra-estrutura urbana e ao traçado urbano e à arquitetura das cidades novas, inadequados às condições ecológicas da região. Os núcleos urbanos são a base logística para a gestão do território e sua potencialidade política se amplia, na medida em que a Constituição de 1988 reconheceu o município como um ente da federação, isto é, com competência equivalente às demais esferas governamentais.

O segundo problema se refere à ótica ainda centralizada e técnica da proposta. Há que situar o zoneamento no contexto das novas relações entre político e espaço, expressas no discurso da ordenação do território. A ordenação do território é definida como "a expressão espacial de políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas", que visam a reduzir as diferenças regionais mediante melhor distribuição das atividades produtivas e de proteção ambiental (Carta Europeia de Ordenação do Território, 1983). E o zoneamento é definido como instrumento técnico inicial da ordenação territorial.

Na verdade, ordenação e zoneamento não têm apenas um significado técnico. Eles constituem um instrumento político afiado, na medida em que orientam a divisão e a reorganização do espaço, criando novos territórios. Ordenar é dispor as atividades e os homens segundo uma lógica e uma estratégia dominantes, e seu instrumento técnico é o planejamento, do qual o zoneamento é um dos elementos integrantes. O zoneamento é, pois um instrumento poderoso de regionalização, pois, que influi no direcionamento dos fluxos de população e de capital, valori-

za a terra, via de regra com conflitos sociais e ecológicos, ainda mais que corre paralelo ao processo de divisão administrativa oficial.

A proposta contém, assim, o risco do zoneamento se constituir num freio ao desenvolvimento como nova versão da velha estratégia de superposição de territórios federais à administração oficial. Sob pena de reproduzir a velha gestão centralizada e homogeneizadora do regime militar, imposta de "cima para baixo" sem negociação, e a (des)ordem social e ecologia que acarretou, o zoneamento tem que assumir as novas formas de gestão.

A nova gestão do território fragmentária e competitiva, em que a articulação das arenas políticas é produto da negociação e do poder político dos diferentes setores comprometidos e não apenas das instituições estatais, contém possibilidades de trajetórias diversas. Pode representar maior abertura e democracia, incorporando setores sociais excluídos ou, pelo contrário, o aprofundamento da exclusão social, dependendo dos interesses e políticas dos diferentes atores em jogo em diferentes contextos, das políticas públicas e da conscientização da sociedade, para a qual, se espera, este trabalho possa ter dado uma modesta contribuição.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, B. K. A Crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- _____. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE 50(2), 1988.
- _____. Amazônia: Geo-politics and Tchno(ecological) Issue. In: II SIMPÓSIO SÔBRE A AMAZÔNIA E A DESORDEM ECOLÓGICA. ISCC; Universidade Cândido Mendes. No *prelo*.
- _____. Modernidade e Gestão do Território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. Espaço e Debates. São Paulo, Ano XI (32). NERU, 1991.
- _____. The Political Use of Territory: a third World perspective: In: SIMPOSIA AND ROUND TABLES. IGU LATIN AMERICAN REGIONAL CONFERENCE. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- _____; COSTA; SILVEIRA. (org.) Abordagens Políticas da Espacialidade. Departamento de Geografia, UFRJ, 1983.
- _____; EGLER, C. A. Brazil; a New Regional Power in The World Economy. Cambridge University Press. No *prelo*.
- CASTELLS, M. High Technology, Economic Restructuring, and The Urban-regional Process in The United States. In: HIGH TECHNOLOGY, SPACE, AND SOCIETY. Manuel, Urban Affairs Annual Reviews. Beverly Hills, Sage, v.28, 1985.
- EGLER, C. A. G. Dinâmica Territorial Recente da Indústria no Brasil. In: BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G.; MIRANDA, M.; BARTHOLO, R. S. (org.) TECNOLOGIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO. Rio de Janeiro, UFRJ, 1988.
- GATTO, F. Cambio Tecnológico Neofordista y Reogarnization Productiva. Primeras Reflexions sobre sus Implicaciones Territoriales. In: LORENS, F. A.; MATTOS, C. A.; FUCHS R. J. REVOLUCION TECNOLÓGICA Y REESTRUCTURACION PRODUCTIVA: IMPACTOS E DESAFIOS TERRITORIALES. Santiago, ILPES/ONU; IEU/PUC, 1990.
- HARVEY, D. The Condition of Post-Modernity. Oxford, Brasil Blackwell, 1989.
- LEFÈBVRE, H. De l'État. Paris, Union Générale, v.4, 1978.
- TAYLOR, P. Contral Political Geography. Paper, IBG. Annual Conference. Mimeo, 1991.
- _____. Territoriality and Hegemony. Spatiality and The Modern World-system. Mimeo, 1991.
- VIRILIO, P. Vitesse et Politique. Paris, Galilée, 1976.
- WALLERSTEIN, J. La Crisis como Transicion. In: AMIN, S.; ARRIGHI, G.; FRANK, A. G.; WALLERSTEIN, J. DINÂMICA DE LA CRISIS GLOBAL. Madri, Siglo Veintiuno, 1983.

RESUMO

A gestão do território só pode ser compreendida no contexto da questão central da Geografia Política no final do milênio, qual seja a permanência ou a dissolução do sistema interestados. A inovação tecnológica e os movimentos políticos estão afetando o papel do estado, as relações centro-periferia e a hegemonia, e a Amazônia é um dos cenários prováveis de definição da nova "ordem" mundial. Um novo estado e novas territorialidades no Brasil, exemplificados na questão amazônica, resultam das transformações ao nível global e de condições internas. Nesse contexto alteram-se as noções e práticas da Geografia Política, e a gestão do território deixa de ser uma prática exclusiva do estado e da grande empresa, tornando-se um produto da negociação e do poder político dos setores sociais comprometidos, sobretudo ao nível local.

ABSTRACT

One can only understand territorial management within the central question of Political Geography at the end of the millenium: the maintenance or the unmaking of the inter-state system. Technological innovation and political movements are affecting the role of the state, the centre-periphery relation and hegemony, and Amazonia is one of the cenarios where the new global "order" will be defined. A new state and new territorialities in Brazil, exemplified in the Amazonian question, are the result of the new global and domestic conditions. The new trends affect the basic notions and practices of Political Geography, and territorial management ceases to be solely an instrument of states and corporations, to be a product of the negotiations and the political power of social actores envolved at the local level.